

José Miguel Garcia Medina

CURSO DE

PROCESSO

CIVIL

8ª EDIÇÃO

revista, atualizada e ampliada

Visual Law
THOMSON REUTERS®



THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiária: Aline Pavanelli

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Ana Carol Borges, Natália Percin e Rodrigo Barcelos

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Medina, José Miguel Garcia

Curso de Processo Civil / José Miguel Garcia Medina. -- 8. ed. rev., atual. e ampl. da obra *Curso de Direito Processual Civil Moderno* -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia

ISBN 978-65-260-0122-6

1. Direito processual civil - Brasil 2. Processo civil - Brasil I. Título.

23-159428

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual civil 347.9(81)

2. Brasil : Processo civil 347.9(81)

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	9
APRESENTAÇÃO.....	11
NOTA À 8ª EDIÇÃO	13
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INSTITUIÇÕES E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	
1. Fundamentos do Direito Processual Civil.....	63
1.1. Institutos fundamentais: jurisdição, ação, processo.....	63
1.2. Natureza, estrutura e fins do processo.....	65
1.3. Métodos de soluções de controvérsias. Jurisdição estatal e arbitral. Mediação e conciliação. “Justiça multiportas”	67
1.3.1. Lide	67
1.3.2. Processo civil e arbitragem: Jurisdições estatal e arbitral.....	67
1.3.3. “Justiça multiportas” (“ <i>multi-door courthouse</i> ”). Mediação e conciliação	68
1.3.4. Justiça <i>online</i> . Resolução de disputas <i>online</i> (<i>ODR – Online Dispute Resolution</i>)	69
1.4. Fontes do Direito Processual Civil	71
1.4.1. Normas aplicáveis à jurisdição civil. Normas constitucionais e controle de constitucionalidade.....	71
1.4.2. <i>Status</i> normativo de tratados e convenções internacionais que versem sobre Direito Processual. Controle de convencionalidade, constitucionalidade e supralegalidade ...	72
1.4.3. Código de Processo Civil e leis especiais. Contradições, incompatibilidades e diálogos	73
1.4.4. Leis estaduais e distritais	75

1.4.5.	Normas regimentais	77
1.4.6.	Aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil a outras modalidades de processo.....	77
1.4.7.	Direito intertemporal processual. Direitos adquiridos processuais.....	78
1.5.	A Constituição e seu influxo no Direito Processual Civil.....	79
1.5.1.	Referência, nos arts. 1º e 8º do CPC/2015, a princípios constitucionais	79
1.5.2.	Dignidade da pessoa humana.....	79
1.5.3.	Legalidade.....	80
1.5.4.	Fins sociais do direito e bem comum	81
1.5.5.	Proporcionalidade e razoabilidade	82
1.5.6.	Eficiência.....	83
1.6.	Princípios do Direito Processual Civil.....	84
1.6.1.	Premissas	84
1.6.2.	Garantias mínimas do devido processo legal.....	85
1.6.3.	Acesso formal à justiça. Inafastabilidade da jurisdição.....	85
1.6.4.	Acesso à ordem jurídica justa. Variados meios de solução de conflitos. Justiça multiportas	86
1.6.5.	Ordem jurídica justa e direito ao processo adequado	86
1.6.6.	Inércia da jurisdição, demanda e impulso oficial	87
1.6.7.	Direito das partes de participar ativamente do procedimento destinado à criação da solução jurisdicional (direito à participação procedimental).....	87
1.6.8.	Contraditório	88
1.6.9.	Isonomia processual	89
1.6.10.	Juiz natural e imparcialidade	90
1.6.11.	Segurança jurídica e proteção à confiança	90
1.6.12.	Boa-fé objetiva.....	91
1.6.13.	Cooperação.....	92
1.6.14.	Economia processual.....	93
1.6.15.	Razoável duração do processo.....	94
1.6.16.	Publicidade	94
1.6.17.	Fundamentação da decisão judicial	95
2.	Jurisdição e Ação	95
2.1.	Jurisdição e ação no quadro geral dos institutos fundamentais do processo civil	95
2.2.	Função jurisdicional.....	96

2.2.1.	Natureza	96
2.2.1.1.	Teorias sobre a função jurisdicional	96
2.2.1.2.	Exercício da função jurisdicional no Estado Constitucional Democrático de Direito	97
2.2.1.3.	Centro de justiça abrangente: centro judiciário de solução consensual de conflitos. Conciliação e mediação	98
2.2.1.4.	Jurisdição arbitral	100
2.2.1.5.	Jurisdição voluntária	101
2.2.2.	Tutela jurisdicional preventiva e repressiva. Variações.....	102
2.2.3.	Jurisdição nacional	103
2.2.3.1.	Limites à jurisdição brasileira.....	103
2.2.3.2.	Imunidade de jurisdição	104
2.2.3.3.	Jurisdição internacional concorrente. Propositura de ação perante tribunal estrangeiro. Ausência de litispendência	104
2.2.3.4.	<i>Forum shopping</i> e <i>forum non conveniens</i>	104
2.2.3.5.	Eleição de foro exclusivo estrangeiro	105
2.2.4.	Cooperação jurisdicional internacional.....	106
2.2.5.	Competência interna	108
2.2.5.1.	Jurisdição e competência	108
2.2.5.2.	Jurisdição estatal e arbitral: limites de atuação, relações e cooperação	108
2.2.5.3.	<i>Translatio iudicii</i> . Efeitos da decisão proferida por juízo estatal incompetente ou por árbitro além dos limites da jurisdição arbitral.....	110
2.2.5.4.	Classificações	110
2.2.5.4.1.	Competência absoluta e relativa	110
2.2.5.4.2.	Competência quanto à pessoa e à função. Particularidades.....	111
2.2.5.5.	Definição do juízo competente	111
2.2.5.5.1.	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	111
2.2.5.5.2.	Critérios gerais	111
2.2.5.5.3.	Regras sobre determinação da competência.....	112
2.2.5.6.	Relações entre causas e modificações da competência	116
2.2.5.6.1.	Relações entre causas	116
2.2.5.6.2.	Conexão	117

	2.2.5.6.3.	Continência e litispendência parcial	118
	2.2.5.6.4.	Ação “acessória”	118
	2.2.5.6.5.	Reunião das causas no juízo prevento.....	118
	2.2.5.7.	Modificação de competência por negócio jurídico processual realizado entre as partes. Limites	119
	2.2.5.8.	Reconhecimento da incompetência. Efeitos.....	119
	2.2.5.8.1.	Pronunciamento <i>ex officio</i> ou mediante provocação das partes. Prorrogação da competência relativa	119
	2.2.5.8.2.	Medidas de urgência requeridas a juízo incompetente.....	120
	2.2.5.8.3.	Reconhecimento da incompetência. Remessa dos autos ao juízo competente. Efeitos da decisão proferida por juízo incompetente	120
	2.2.5.9.	Conflito de competência	121
	2.2.6.	Cooperação jurisdicional nacional	121
2.3.		Direito de ação	122
	2.3.1.	Direito ao processo adequado	122
	2.3.2.	Tutela jurisdicional adequada ao direito material	123
	2.3.3.	Natureza	124
	2.3.4.	Teoria da relação de <i>status</i>	127
	2.3.5.	Requisitos.....	127
	2.3.5.1.	Interesse e legitimidade	127
	2.3.5.2.	Legitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i> (ordinária e extraordinária).....	128
	2.3.5.3.	Requisitos da demanda e mérito	130
	2.3.6.	Espécies	131
3.		Sujeitos do processo	134
	3.1.	Partes.....	134
	3.1.1.	Partes processuais como centros de interesse	134
	3.1.2.	Capacidade de ser parte, capacidade processual e capacidade postulatória. Capacidade e legitimidade processual	135

3.1.3.	Capacidade processual e representação.....	136
3.1.3.1.	Noções elementares	136
3.1.3.2.	União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Associação de Representação de Municípios	136
3.1.3.3.	Órgãos do Poder Legislativo	137
3.1.3.4.	Massa falida	137
3.1.3.5.	Espólio. Inventariante, herdeiros e sucessores.....	137
3.1.3.6.	Pessoa jurídica. Pessoa jurídica estrangeira	138
3.1.3.7.	Condomínio.....	138
3.1.3.8.	Curador especial	138
3.1.3.9.	Legitimação do cônjuge ou companheiro	139
3.1.4.	Capacidade postulatória	140
3.1.4.1.	Representação por advogado.....	140
3.1.4.2.	Relevância da representação por advogado. Prerrogativas do advogado, na defesa de seu constituente.....	141
3.1.4.3.	Procuração e informações relacionadas às intimações	142
3.1.4.4.	Revogação ou renúncia ao mandato	143
3.1.4.5.	Advocacia Pública.....	143
3.1.4.6.	Defensoria Pública.....	144
3.1.5.	Correção de vícios atinentes à capacidade processual ou postulatória.....	146
3.1.6.	Sucessão das partes	147
3.2.	Pluralidade de partes: litisconsórcio	148
3.2.1.	Regime geral	148
3.2.2.	Litisconsórcio voluntário. Limites. Formação ulterior de litisconsórcio voluntário	148
3.2.3.	Restrições ao litisconsórcio voluntário. Litisconsórcio multitudinário. Vedação da Lei 13.188/2015	149
3.2.4.	Litisconsórcio unitário	150
3.2.5.	Litisconsórcio necessário	150
3.3.	Intervenção de terceiros	152
3.3.1.	Considerações gerais. Ingresso de terceiros no processo, para tornarem-se partes ou sujeitos processuais de outra natureza.....	152
3.3.2.	Assistência	152

3.3.2.1.	Assistência simples (ou adesiva) e litisconsorcial (ou qualificada). Aproximações e distinções	152
3.3.2.2.	Assistência litisconsorcial e litisconsórcio unitário voluntário ulterior	153
3.3.2.3.	Assistência simples. Terceiro que pode tornar-se substituto processual	154
3.3.3.	Denúnciação da lide	155
3.3.3.1.	Demanda do denunciante contra o denunciado ...	155
3.3.3.2.	Admissibilidade da denúnciação da lide	156
3.3.3.3.	Direito de regresso não pleiteado através da denúnciação. Apresentação da pretensão em ação autônoma	156
3.3.3.4.	Denúnciação da lide individual, coletiva e <i>per saltum</i> . Denúnciações sucessivas	157
3.3.3.5.	Conteúdo e momento da denúnciação	157
3.3.3.6.	Partes e terceiro: posição processual, após a denúnciação	158
3.3.3.7.	Julgamento da denúnciação. Efeitos. Sucumbência	158
3.3.4.	Chamamento ao processo	159
3.3.4.1.	Finalidade do chamamento ao processo	159
3.3.4.2.	Chamamento ao processo e denúnciação da lide: aproximações e distinções	159
3.3.4.3.	Efeitos da sentença de procedência, em relação aos réus	160
3.3.5.	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	161
3.3.5.1.	Fundamentos e hipóteses de descon sideração da personalidade jurídica	161
3.3.5.2.	Natureza e processamento do incidente	163
3.3.6.	<i>Amicus curiae</i>	164
3.3.6.1.	Natureza da intervenção do <i>amicus curiae</i>	164
3.3.6.2.	Direito à participação procedimental e legitimação das decisões judiciais. Intervenção do <i>amicus curiae</i> no CPC/2015. Crítica	165
3.3.6.3.	Formas de intervenção do <i>amicus curiae</i> no direito brasileiro	166
3.3.6.4.	Atos processuais que podem ser praticados pelo <i>amicus curiae</i>	167

3.4.	Deveres dos sujeitos do processo	168
3.4.1.	Conduta dos sujeitos do processo. Abrangência da regra prevista no art. 77 do CPC/2015.....	168
3.4.2.	<i>Contempt of Court</i> . Atentado	169
3.4.3.	Abuso processual e assédio judicial. Falsos litígios (<i>sham litigation</i>). Ações judiciais estratégicas contra participações públicas (<i>strategic lawsuits against public participation</i>).....	170
3.4.4.	Sanção pelo descumprimento de deveres processuais.....	172
3.4.5.	Litigância de má-fé.....	173
3.4.5.1.	Caracterização do exercício abusivo de direitos processuais.....	173
3.4.5.2.	Dever de indenizar por litigância de má-fé.....	174
3.4.6.	Despesas processuais e honorários advocatícios	175
3.4.6.1.	Despesas e custas processuais.....	175
3.4.6.1.1.	Natureza. Custas processuais e acesso à justiça	175
3.4.6.1.2.	Dever de arcar com as despesas processuais	176
3.4.6.1.3.	Caução às custas	177
3.4.6.2.	Honorários advocatícios	178
3.4.6.2.1.	Natureza	178
3.4.6.2.2.	Critérios a serem observados na fixação de honorários sucumbenciais. Fixação em decisão interlocutória ou sentença ...	179
3.4.6.3.	Sucumbência <i>versus</i> causalidade? A sucumbência como sinal aparente da causalidade.	181
3.4.6.4.	Sucumbência recursal	183
3.4.6.5.	Convenções sobre financiamento processual (<i>litigation finance</i>) e responsabilidade dos terceiros financiadores (<i>third party financiers</i>)....	186
3.5.	Gratuidade da justiça.....	187
3.5.1.	Assistência jurídica, assistência judiciária e gratuidade da justiça. Aproximações e distinções.....	187
3.5.2.	Abrangência da gratuidade da justiça	188
3.5.3.	Aspectos procedimentais	188
3.6.	Ministério Público	189
3.6.1.	Funções institucionais do Ministério Público	189

3.6.2.	Exercício do direito de ação pelo Ministério Público.....	190
3.6.3.	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica (<i>custos legis</i>).....	191
3.6.4.	Intimação do Ministério Público	192
3.7.	Juiz e auxiliares da justiça.....	193
3.7.1.	Órgão judicial, organismo jurisdicional e auxiliares da justiça	193
3.7.2.	Direção do processo pelo juiz	194
3.7.2.1.	Direção formal e material do processo	194
3.7.2.2.	Exercício da direção do processo pelo juiz e observância de garantias constitucionais	195
3.7.2.3.	Dever de prevenção	196
3.7.2.4.	Déficit procedimental e ajuste do procedimento às necessidades da causa.....	196
3.7.2.5.	Direção material do processo, poderes do juiz, medidas executivas e de cautela.....	199
3.7.2.6.	Gestão dos processos. Observância à ordem cronológica de julgamentos.....	200
3.7.2.7.	Processo simulado ou fraudulento	202
3.7.3.	Responsabilidade do juiz.....	203
3.7.4.	Imparcialidade do juiz.....	203
3.7.4.1.	Imparcialidade, neutralidade e passividade do juiz	203
3.7.4.2.	Impedimento e suspeição. Aproximações e distinções. Crítica	204
3.7.4.3.	Hipóteses de impedimento	206
3.7.4.4.	Suspeição e interesse público. Investigação do <i>animus</i> do juiz	207
3.7.4.5.	Aspectos procedimentais.....	208
3.7.4.5.1.	Alegação de impedimento e de suspeição e processamento do incidente.....	208
3.7.4.5.2.	Efeito suspensivo	208
3.7.4.5.3.	Efeitos do reconhecimento da parcialidade do juiz	209
3.7.4.5.4.	Reconhecimento de impedimento em tribunal superior	209
3.7.4.6.	Impedimento e suspeição de outros sujeitos imparciais do processo	210

3.7.5.	Auxiliares da justiça	210
3.7.5.1.	Perfis gerais.....	210
3.7.5.2.	Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça ...	213
3.7.5.3.	Perito	215
3.7.5.4.	Depositário e administrador	218
3.7.5.5.	Intérprete e tradutor	220
3.7.5.6.	Conciliador e mediador	220
4.	Atos Processuais.....	225
4.1.	Processo e procedimento	225
4.2.	Teoria do fato jurídico processual.....	225
4.2.1.	Fatos e atos processuais	225
4.2.2.	Atos e negócios processuais	226
4.2.3.	Declarações unilaterais, bilaterais ou plurilaterais	227
4.2.4.	Faculdades, ônus e deveres processuais.....	227
4.2.5.	Negócios jurídicos processuais.....	228
4.2.5.1.	Negócio jurídico processual e ato jurídico <i>stricto sensu</i> processual. Negócios típicos e atípicos. Atipicidade e força normativa da vontade.....	228
4.2.5.2.	Negócios processuais sobre procedimentos, ônus, poderes, faculdades e deveres processuais. Disciplina dos negócios típicos e atípicos	229
4.2.5.3.	Calendário processual.....	233
4.2.6.	Preclusão.....	235
4.2.6.1.	Preclusão para as partes e limites à atuação jurisdicional.....	235
4.2.6.2.	Preclusão para o juiz. “Preclusão <i>pro judicato</i> ”? Precisões conceituais. Crítica	235
4.2.6.3.	Espécies de preclusão, em relação às partes	237
4.2.6.4.	Vedações à atuação ulterior do órgão jurisdicional e preclusão	238
4.3.	Forma do processo e do ato processual.....	239
4.3.1.	Forma e conteúdo do ato processual. Vontade e função (causa ou fim) do ato processual	239
4.3.2.	Forma dos atos processuais.....	240
4.3.3.	Forma do processo e devido processo legal: formalismo constitucional.....	241
4.3.4.	Forma e finalidade do processo. Instrumentalidade das formas.....	242
4.3.5.	Língua portuguesa como idioma oficial.....	243

4.4.	Publicidade dos atos processuais	243
4.4.1.	Publicidade absoluta (ou externa), como regra, temperada com publicidade restrita (ou interna) dos atos processuais. Raiz constitucional.....	243
4.4.2.	Publicidade absoluta <i>versus</i> restrita (segredo de justiça). Interesse público ou social. Intimidade	244
4.5.	Prática eletrônica de atos processuais	245
4.5.1.	Aspectos gerais	245
4.5.2.	Prática e registro de atos processuais por meio eletrônico: atualidade e virtualidade. Oralidade e processo em autos eletrônicos.....	247
4.5.3.	Prática de atos por meio eletrônico: processo ou procedimento?	248
4.5.4.	Assinatura eletrônica	249
4.5.5.	Garantias de acesso ao sistema de processo em autos eletrônicos.....	250
4.6.	Atos das partes.....	252
4.7.	Atos do juiz	253
4.7.1.	Atos, pronunciamentos e decisões do juiz.....	253
4.7.2.	Decisões final (sentença) e interlocutória	254
4.7.3.	Despachos e atos meramente ordinatórios	256
4.7.4.	Acórdãos e pronunciamentos monocráticos proferidos em tribunais e turmas recursais de juizados. Julgamento colegiado em primeiro grau	258
4.7.5.	Forma e publicidade da decisão judicial.....	258
4.8.	Atos do escrivão ou chefe de secretaria.....	260
4.9.	Lugar dos atos processuais	261
4.10.	Tempo dos atos processuais	262
4.11.	Prazos processuais	263
4.11.1.	Prazos processuais legais, judiciais e convencionais	263
4.11.2.	Modificações dos prazos processuais	264
4.11.2.1.	Prazos peremptórios e dilatórios.....	264
4.11.2.2.	Modificação dos prazos processuais legais por convenção das partes.....	265
4.11.2.3.	Modificação judicial dos prazos processuais legais.....	265
4.11.3.	Observância do prazo e preclusão.....	266
4.11.3.1.	Prazos próprios e impróprios	266

4.11.3.2.	Extinção do direito de praticar o ato pelo decurso do prazo (preclusão temporal).....	266
4.11.3.3.	Direito à emenda dentro do prazo processual. Mitigação da preclusão consumativa.....	267
4.11.3.4.	Ato praticado antes do termo inicial do prazo.....	267
4.11.3.5.	Preclusão e justa causa.....	267
4.11.4.	Critérios relativos aos prazos processuais	268
4.11.4.1.	Termo inicial	268
4.11.4.2.	Contagem do prazo	269
4.11.4.3.	Prorrogação, suspensão, restituição do prazo.....	272
4.12.	Comunicação dos atos processuais.....	273
4.12.1.	Cartas e comunicações entre órgãos jurisdicionais.....	273
4.12.1.1.	Cooperação e comunicação.....	273
4.12.1.2.	Modalidades das cartas	274
4.12.1.3.	Aspectos procedimentais.....	275
4.12.2.	Citação	276
4.12.2.1.	Precisões conceituais.....	276
4.12.2.2.	Citação e integração da relação processual	277
4.12.2.2.1.	Citação, inexistência e ineficácia	277
4.12.2.2.2.	Falta ou a nulidade da citação e validade do processo	279
4.12.2.2.3.	Comparecimento espontâneo do réu ou executado para alegação da nulidade da citação e prazo para resposta	279
4.12.2.2.4.	Sentença favorável ao réu ou executado não citado	280
4.12.2.3.	Efeitos da citação.....	281
4.12.2.3.1.	Litispendência. Alteração dos elementos da ação após a citação	281
4.12.2.3.2.	Consequências da citação, em relação à mora.....	281
4.12.2.3.3.	Interrupção da prescrição pela citação.....	282
4.12.2.4.	Modalidades de citação. Restrições legais.....	283
4.12.2.5.	Citação por meio eletrônico	285
4.12.2.6.	Citação pelo correio.....	287
4.12.2.6.1.	Regra e exceções	287

4.12.2.6.2.	Requisitos da carta de citação	287
4.12.2.6.3.	Citação de pessoa jurídica e teoria da aparência	288
4.12.2.6.4.	Citação de pessoas em condomínios edifícios ou loteamentos com controle de acesso	288
4.12.2.7.	Citação por oficial de justiça	288
4.12.2.8.	Citação com hora certa	290
4.12.2.9.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	291
4.12.2.10.	Citação por edital	291
4.12.2.11.	Procedimento edital	292
4.12.3.	Intimações	293
4.12.3.1.	Finalidade	293
4.12.3.2.	Meios de intimação	294
4.12.3.2.1.	Intimação por meio eletrônico	294
4.12.3.2.2.	Intimação por publicação no órgão oficial. Diário da Justiça eletrônico	295
4.12.3.2.3.	Intimação pelo correio	296
4.12.3.2.4.	Intimação pelo escrivão ou chefe de secretaria	296
4.12.3.2.5.	Intimação pessoal pelo oficial de justiça	296
4.12.3.2.6.	Intimação com hora certa e por edital	296
4.12.3.3.	Endereçamento e publicação da intimação. Requisitos	297
4.12.3.3.1.	Indicação do advogado em nome de quem deve ser realizada a comunicação processual	297
4.12.3.3.2.	Indicação da sociedade a que pertence o advogado, a fim de que em nome dela seja realizada a intimação	297
4.12.3.3.3.	Requisitos da publicação. Erro nas informações veiculadas no órgão oficial	297
4.12.3.4.	Arguição da nulidade da intimação. Republicação e reabertura do prazo	298

4.13.	Nulidades processuais	298
4.13.1.	Nulidade processual como técnica de proteção das garantias processuais	298
4.13.2.	Nulidade e produção de efeitos.....	299
4.13.3.	Nulidade como sanção	299
4.13.4.	Existência e validade dos atos processuais. Nulidade ou anulabilidade (ou nulidade absoluta e relativa) do ato processual. Precisoões conceituais	300
4.13.5.	Conteúdo e forma do ato processual. Função (ou causa, ou finalidade essencial) do ato processual. Finalidade alcançada.....	302
4.13.6.	Forma cuja inobservância não recebe a sanção de nulidade. Nulidades cominadas e não cominadas.....	302
4.13.7.	Abordagem funcional dos requisitos processuais. Dogma da prioridade	303
4.13.8.	Sistema processual e nulidades.....	303
4.13.8.1.	Princípios fundamentais do processo civil e nulidades processuais.....	303
4.13.8.2.	Contraditório efetivo. Dever de consulta	304
4.13.8.3.	Dever de prevenção contra o surgimento de vícios processuais e contra a decretação de nulidades. Dever de esclarecimento	304
4.13.8.4.	Alcance do art. 276 do CPC/2015. Dever de cooperação, boa-fé objetiva e proibição de <i>venire contra factum proprium</i>	305
4.13.9.	Regime das nulidades no processual civil.....	307
4.13.9.1.	Convalidação do ato processual e preclusão	307
4.13.9.2.	Importância da alegação oportuna do vício pela parte	308
4.13.9.3.	Aproveitamento dos atos processuais.....	308
4.13.9.4.	Restrição da nulidade. Vício de parte do ato	309
4.13.9.5.	Ineficácia dos atos dependentes do anulado e ausência de repercussão, em relação aos atos independentes	309
4.13.9.6.	Decretação da nulidade e manutenção dos efeitos do ato.....	310
4.13.9.7.	Repetição ou retificação de atos processuais viciados	310
4.13.9.8.	Ausência de prejuízo, apesar do vício processual. Transcendência. Ausência de intimação do Ministério Público	310

4.13.9.9.	Vício da citação ou intimação e ineficácia do processo	311
4.14.	Distribuição e registro	311
4.14.1.	Aspectos gerais	311
4.14.2.	Livre distribuição e garantias constitucionais do processo ...	312
4.14.3.	Distribuição autônoma e “por dependência” (atribuição)	313
4.14.3.1.	Regra geral	313
4.14.3.2.	Relação entre causas e competência do juízo prevento	314
4.14.3.3.	Reiteração de ações idênticas ou análogas	314
4.15.	Valor da causa.....	315
4.15.1.	Repercussão processual e patrimonial da definição do valor da causa.....	315
4.15.2.	Definição do valor da causa	316
4.15.2.1.	Impossibilidade de aferição imediata do valor da causa	316
4.15.2.2.	Crerios a serem considerados na definição do valor da causa	316
4.15.2.3.	Aspectos procedimentais.....	317
4.15.2.3.1.	Indicação do valor da causa na petição inicial ou de reconvenção...	317
4.15.2.3.2.	Correção <i>ex officio</i> do valor da causa, pelo juiz.....	318
4.15.2.3.3.	Impugnação ao valor da causa	318
5.	Formação, Suspensão e Extinção do Processo	319
5.1.	Formação do processo.....	319
5.1.1.	Demanda e citação	319
5.1.2.	Momento da propositura da ação.....	320
5.2.	Suspensão do processo	320
5.2.1.	Suspensão própria e imprópria.....	320
5.2.2.	Hipóteses de suspensão do processo.....	321
5.3.	Extinção do processo.....	325
5.3.1.	Deve-se evitar, sempre que possível, a extinção do processo sem resolução do mérito	325
5.3.2.	Sentença	326

CAPÍTULO II – PROCESSO DE CONHECIMENTO. PROCEDIMENTO COMUM

1.	Perfis gerais	327
----	---------------------	-----

1.1.	Processo de conhecimento, cumprimento de sentença e procedimentos especiais	327
1.2.	Ações de conhecimento “puras” e procedimento comum.....	328
1.3.	Técnicas contempladas no procedimento comum e no cumprimento de sentença	328
1.4.	Aplicação subsidiária das regras do procedimento comum a outros procedimentos	329
1.5.	Opção entre procedimento comum (e respectivo cumprimento de sentença) e de execução.....	329
1.6.	“Fases” do procedimento comum	330
2.	Propositura da demanda	331
2.1.	Inércia da jurisdição e demanda.....	331
2.2.	Petição inicial	332
2.2.1.	Veiculação do pedido e da causa de pedir na petição inicial. Repercussão ao longo do processo	332
2.2.2.	Elementos formais e endereçamento	333
2.2.3.	Partes	334
2.2.4.	“Fatos e fundamentos jurídicos do pedido”	335
2.2.4.1.	Causa de pedir próxima e remota, ativa e passiva.....	335
2.2.4.2.	Fatos simples e causa de pedir	336
2.2.4.3.	Substanciação e individuação. Substanciação restrita	336
2.2.4.4.	<i>Iura novit curia. Da mihi factum dabo tibi ius</i>	337
2.2.4.5.	O uso da jurisprudência como referencial, pelas partes. Admissibilidade e inépcia. Argumentação e convencimento judicial	338
2.2.4.6.	Indicação das obrigações em torno das quais se litiga e do valor incontroverso como requisito específico da petição inicial	339
2.2.5.	Pedido.....	340
2.2.5.1.	Pedidos imediato e mediato.....	340
2.2.5.2.	Precisão do pedido imediato (“pedido certo”). Interpretação e boa-fé	341
2.2.5.3.	Pedido mediato determinado ou indeterminado (genérico).....	342
2.2.5.4.	Pedido de obrigações alternativas (“pedido alternativo”).....	342

2.2.6.	Cumulação de ações	342
2.2.6.1.	Cumulação objetiva e subjetiva, originária e superveniente, simples e sucessiva.....	342
2.2.6.2.	Requisitos	343
2.2.6.3.	Cumulação aparente ou imprópria	344
2.2.6.3.1.	Pedidos apresentados em ordem subsidiária (“cumulação” subsidiária, ou eventual)	344
2.2.6.3.2.	Pedidos apresentados alternativamente (“cumulação” alternativa)	345
2.2.7.	Indicação de provas	345
2.2.8.	Requerimento expresso e específico para a citação do réu não é requisito formal da petição inicial.....	346
2.2.9.	Opção pela realização ou não de audiência de conciliação ou mediação.....	347
2.2.10.	Documentos que devem instruir a petição inicial.....	347
2.3.	Alteração dos elementos da ação após a propositura da demanda	348
2.3.1.	Estabilização dos elementos da ação	348
2.3.2.	Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir, até a citação e após esta, mas até o saneamento do feito. Alteração de fundamentos legais.....	348
2.3.3.	Alteração, aditamento ou realização de novo pedido após a revelia	349
2.3.4.	Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir após o saneamento do feito	349
2.3.5.	Alteração das partes após a propositura da ação. Concessão de liminar e formação ulterior de litisconsórcio ativo	350
3.	Atividade jurisdicional preliminar. Da admissibilidade da demanda à possível solução do mérito	350
3.1.	Atividade liminar desenvolvida pelo juiz, quanto aos requisitos processuais e quanto ao mérito.....	350
3.2.	Juízo de admissibilidade da demanda.....	351
3.2.1.	Noções gerais.....	351
3.2.2.	Juízo de admissibilidade ordinatório. Emenda da petição inicial. Dever de prevenção	351
3.2.3.	Juízo de admissibilidade negativo. Indeferimento da petição inicial	352
3.2.3.1.	Aspectos gerais.....	352

3.2.3.2.	Requisitos da demanda. Teorias da asserção (ou <i>della prospettazione</i>) e da exposição (exame em concreto).....	353
3.2.3.3.	Inépcia da petição inicial	354
3.3.	Improcedência liminar do pedido	354
3.3.1.	Paralelo entre o CPC/2015 e o CPC/1973	354
3.3.2.	Contrariedade manifesta à norma jurídica. A jurisprudência como referencial.....	355
3.3.3.	A precisão da norma, tal como revelada pela jurisprudência. Precisão da sentença de improcedência liminar, fundada em enunciado de súmula ou julgamento de casos repetitivos	356
3.3.4.	Improcedência liminar, em caso de decadência ou prescrição.....	357
3.4.	Apelação contra a decisão que indefere a petição inicial ou julga improcedente, liminarmente, o pedido.....	358
3.5.	Juízo de admissibilidade positivo e citação do réu, para comparecer à audiência de conciliação ou de mediação ou para responder.....	359
3.5.1.	Juízo de admissibilidade positivo da demanda. Ausência de decisão “implícita” sobre os requisitos da ação	359
3.5.2.	Citação do réu para comparecer à audiência de conciliação ou mediação ou para contestar	360
3.5.3.	Não realização da audiência por vontade de uma ou de ambas as partes. As redações dos arts. 334, § 4º, I do CPC/2015 e 27 da Lei 13.140/2015.....	360
3.5.4.	Causas que não admitem autocomposição	362
3.5.5.	Prazos mínimo e máximo para a realização de audiência de conciliação ou mediação. Frustração dos objetivos da lei, face a realidade do Poder Judiciário brasileiro.....	363
3.5.6.	Realização da audiência de conciliação ou mediação	364
4.	Atitudes do réu: inação, reação e demanda	365
4.1.	Visão geral. Abrangência da contestação no CPC/2015	365
4.2.	Reação: apresentação de defesa na contestação.....	367
4.2.1.	Defesa, contraditório e direito de ação, fundamento da defesa e causa de pedir	367
4.2.2.	Variações da defesa	368
4.2.3.	Princípio da eventualidade	369
4.2.3.1.	Concentração da defesa	369
4.2.3.2.	Apresentação de novas alegações pelo réu após a contestação	370

4.2.4.	Defesa processual.....	370
4.2.4.1.	Preliminares ao mérito	370
4.2.4.2.	Variações procedimentais subsequentes à apresentação de defesa processual	371
4.2.4.3.	Resolução imediata da questão ou postergação para momento processual posterior. O problema da alegação de incompetência	371
4.2.4.4.	Primazia do juízo arbitral ao estatal. Necessidade de solução imediata da questão	372
4.2.4.5.	Manifestação <i>ex officio</i> sobre matérias de defesa processual como regra. Ausência de alegação de convenção de arbitragem ou de incompetência relativa. Respeito à autonomia de vontade das partes.....	373
4.2.4.6.	Litispêndência e coisa julgada. Teorias da tríplice identidade e da identidade da relação jurídica material.....	374
4.2.4.7.	Correção da legitimidade no polo passivo	375
4.2.4.8.	Alegação de incompetência relativa	375
4.2.5.	Defesa substancial ou de mérito	376
4.2.6.	Ônus da impugnação especificada.....	377
4.3.	Demanda: apresentação de reconvenção na contestação	378
4.3.1.	Natureza da reconvenção. Pedido contraposto e ação dúplice. Aproximações e distinções	378
4.3.2.	Reconvenção e contestação.....	379
4.3.3.	Cumulação superveniente de ações	379
4.3.4.	Partes na reconvenção	380
4.3.5.	Conexão para a reconvenção	380
4.3.6.	Ausência de interesse em reconvir, se o mesmo resultado prático puder ser obtido pelo réu através da defesa apresentada na contestação.....	381
4.3.7.	Juízo de admissibilidade da reconvenção e emenda. Resposta do reconvinco. Contraditório e julgamento	382
4.4.	Inércia do réu: ausência de contestação e revelia.....	383
4.4.1.	Revelia e efeitos da revelia	383
4.4.2.	Hipóteses em que não se presumem verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor	384
4.4.3.	Presunção da veracidade das alegações do autor e improcedência do pedido	385
4.4.4.	Status processual do réu revel	385

5. Providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, saneamento e organização do processo	386
5.1. Providências preliminares	386
5.1.1. Finalidade	386
5.1.2. Ocorrência de revelia, mas não de seus efeitos. Direito do revel à prova	388
5.1.3. Defesa do réu, contraditório e saneamento	388
5.2. Julgamento conforme o estado do processo.....	389
5.2.1. Visão geral.....	389
5.2.2. “Extinção do processo”, com base no art. 354 do CPC/2015...	390
5.2.3. Julgamento “antecipado”, total ou parcial, do mérito	390
5.2.3.1. Julgamento imediato do mérito	390
5.2.3.2. Desnecessidade de produção de provas em audiência. Revelia	391
5.2.3.3. Julgamento imediato do mérito e cerceamento de defesa.....	392
5.2.3.4. Julgamento parcial do mérito	392
5.3. Saneamento e organização do processo	394
5.3.1. Métodos difuso e concentrado de saneamento.....	394
5.3.2. Objetivo do saneamento realizado <i>ex vi</i> do art. 357 do CPC/2015.....	394
5.3.3. Iniciativa e forma do saneamento e organização do processo. Decisão unilateral do juiz. Negócio jurídico processual realizado em cooperação entre todos os sujeitos processuais	394
6. Audiência de instrução e julgamento.....	396
6.1. Produção de provas em audiência de instrução	396
6.2. Intimação das partes e prazo mínimo a ser observado para a realização da audiência. Adiamento ou antecipação	397
6.3. Audiência <i>una</i> e contínua. Cindibilidade. Suspensão e prosseguimento.....	398
6.4. Direção da audiência de instrução pelo juiz. Autocomposição e outros meios de solução de conflitos	398
6.5. Ordem da produção das provas em audiência.....	399
6.6. Razões finais	400
6.7. Julgamento na audiência	400
6.8. Documentação da audiência	402
7. Provas	402
7.1. Identificação de qual das versões da realidade encontra correspondência nas provas.....	402

7.2.	Direito à prova.....	404
7.3.	Ação para a produção de provas e produção antecipada de provas	405
7.3.1.	Direito autônomo à prova	405
7.3.2.	Ação probatória autônoma e antecipação incidental de produção de prova no curso do processo	406
7.3.3.	Amplitude da realização da prova, na ação probatória. Limites da cognição judicial	407
7.3.4.	Competência para a ação probatória	408
7.4.	Realização da prova	409
7.4.1.	Proposição, admissão, produção e valoração das provas. Provas pré-constituídas e constituendas	409
7.4.2.	Direito das partes à prova e poderes instrutórios do juiz.....	409
7.4.3.	Provas inadmissíveis ou inúteis	411
7.4.3.1.	Provas obtidas por meios ilícitos.....	411
7.4.3.2.	Provas desnecessárias.....	412
7.4.4.	Realização das provas pré-constituídas e das provas constituendas.....	413
7.4.5.	Dever de cooperação	413
7.4.5.1.	Abrangência	413
7.4.5.2.	Direito da parte de não produzir prova contra si própria.....	414
7.4.5.3.	Condução coercitiva para coleta de material genético.....	414
7.5.	Objeto da prova.....	415
7.5.1.	Fatos jurídicos e fatos simples.....	415
7.5.2.	Fatos que não dependem de prova	415
7.5.3.	Distinção entre fato admitido e fato confessado	416
7.5.4.	Fato notório. Precisoões conceituais. Informações disponíveis na internet	417
7.5.5.	Fato presumido	418
7.5.6.	Presunção de prejuízo em ilícito relativo à imagem e à moral	418
7.5.7.	Prova de teor e vigência de direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário.....	419
7.6.	Ônus da prova	419
7.6.1.	Ônus “objetivo” e “subjetivo”, ou como “regra de julgamento” ou “de conduta”. Repartição do ônus da prova....	419
7.6.2.	Presunções e inversão do ônus da prova.....	420

7.6.3.	Distribuição dinâmica do ônus da prova. Teoria das cargas probatórias dinâmicas	421
7.6.4.	Prova de fato negativo.....	424
7.6.5.	Teoria da verossimilhança preponderante (redução do módulo de prova) e ônus da prova	424
7.7.	Valoração da prova	426
7.7.1.	Prova e fundamentação racional.....	426
7.7.2.	Do sistema da prova legal ao da íntima convicção. “Livre convencimento” motivado.....	426
7.7.3.	Hierarquia entre provas. Formalidades <i>ad probationem</i> e <i>ad solemnitatem</i>	427
7.7.4.	“Aquisição” (ou “comunhão”) da prova	428
7.7.5.	Regras de experiência	428
7.7.6.	Apreciação da prova e “convencimento” do juiz. Funções retórica e epistêmica da prova.....	429
7.7.7.	Desvios cognitivos	430
7.7.8.	Amplitude e profundidade da valoração da prova	431
7.7.9.	Modelos de constatação (<i>standards</i> de prova)	431
7.8.	Tipicidade e atipicidade dos meios de prova.....	432
7.8.1.	Meios de prova e procedimento destinado à sua produção...	432
7.8.2.	Prova estatística.....	433
7.8.3.	Prova por amostragem	433
7.8.4.	Prova emprestada.....	434
7.9.	Provas típicas.....	435
7.9.1.	Considerações gerais	435
7.9.2.	Ata notarial	435
7.9.3.	Depoimento pessoal	436
7.9.4.	Confissão	438
7.9.4.1.	Natureza e figuras afins	438
7.9.4.2.	Confissão espontânea (judicial ou extrajudicial) ou provocada. Pena de confesso	438
7.9.4.3.	Limites e efeitos da confissão	439
7.9.4.4.	Indivisibilidade da confissão	440
7.9.4.5.	Revogação e anulação da confissão.....	441
7.9.5.	Exibição de documento ou coisa	442
7.9.6.	Prova documental	444
7.9.6.1.	Conceito de documento.....	444
7.9.6.2.	Documento físico e eletrônico	445

7.9.6.3.	Documentos particulares (ou privados) e públicos. Fé pública	446
7.9.6.4.	Documento <i>ad probationem</i> e <i>ad solemnitatem</i> ...	447
7.9.6.5.	Autenticidade do documento.....	447
7.9.6.6.	Valor probante do documento (público ou particular) e das declarações nele constantes. Declarações dispositivas e enunciativas (diretas e indiretas)	448
7.9.6.7.	Originais, reproduções e cópias	449
7.9.6.8.	Cartas e registros domésticos. Livros empresariais. Dever de exibição	450
7.9.6.9.	Realização da prova documental e repartições públicas. Ordem judicial. Sigilo	451
7.9.6.10.	Realização da prova documental pelas partes e contraditório	452
7.9.6.11.	Arguição de falsidade	453
7.9.6.12.	Cessação da fé de documento.....	454
7.9.7.	Prova testemunhal	455
7.9.7.1.	Testemunha e memória.....	455
7.9.7.2.	Admissibilidade da prova testemunhal	455
7.9.7.3.	Produção da prova testemunhal.....	457
7.9.7.4.	Oitiva da testemunha. Cuidados. Perguntas inadmissíveis. Falsas memórias. Valoração do depoimento testemunhal	460
7.9.8.	Prova pericial.....	462
7.9.8.1.	Prova científica ou técnica	462
7.9.8.2.	Prova pericial. Exame, vistoria e avaliação.....	463
7.9.8.3.	Admissibilidade da prova pericial.....	463
7.9.8.4.	Prova técnica simplificada	464
7.9.8.5.	Perito. Indicação do perito pelas partes (“perícia consensual”)	465
7.9.8.6.	Quesitos	468
7.9.8.7.	Realização da perícia e apresentação do laudo	469
7.9.8.8.	Valoração da perícia realizada.....	470
7.9.9.	Inspeção Judicial	471
8.	Sentença	472
8.1.	Advertência. Conceito de sentença e âmbito de incidência dos arts. 485 e 487 do CPC/2015	472

8.2.	Sentenças terminativas (ou processuais) e definitivas (ou de mérito)...	473
8.2.1.	Variações.....	473
8.2.2.	Decisão terminativa.....	473
8.2.2.1.	Sentença e decisão interlocutória terminativa.....	473
8.2.2.2.	Função dos requisitos processuais	474
8.2.2.3.	Abordagem funcional dos requisitos processuais. Requisitos dispensáveis e indispensáveis	475
8.2.2.4.	Dogma da prioridade do exame dos requisitos processuais. Preponderância do exame do mérito.....	476
8.2.2.5.	Ausência de requisitos processuais e prolação de decisão terminativa. As hipóteses previstas no art. 485 do CPC/2015	477
8.2.2.6.	Recurso contra decisão terminativa e juízo de retratação.....	479
8.2.2.7.	Decisão terminativa e impedimento à repropositura da ação.....	479
8.2.2.8.	Proibição ao novo exercício do direito de demandar como sanção pelo abandono da causa.....	480
8.2.3.	Decisão definitiva	481
8.2.3.1.	Sentença ou decisão interlocutória sobre o mérito.....	481
8.2.3.2.	Decisão sobre o objeto litigioso.....	481
8.2.3.3.	Decisão de mérito homologatória.....	481
8.2.3.4.	Decisão sobre a decadência ou a prescrição.....	481
8.3.	Elementos e efeitos da sentença.....	482
8.3.1.	Elementos essenciais de sentença e de outras decisões judiciais, definitivas (de mérito) ou terminativas (processuais).....	482
8.3.2.	Relatório, fundamentos e dispositivo	483
8.3.3.	Consequência da ausência de elementos essenciais	484
8.3.4.	“Questão de fato e de direito” e “questão principal”	484
8.3.5.	Questões prévias (preliminares e prejudiciais) e subordinadas (ou dependentes)	485
8.3.6.	Decisão certa e relação jurídica condicional.....	485
8.3.7.	Correlação entre pedido (e causa de pedir) e julgamento. Decisões <i>infra</i> (ou <i>citra</i>), <i>ultra</i> ou <i>extra petita</i>	486

8.3.8.	Fato ou direito superveniente e fato de conhecimento superveniente	486
8.4.	Julgamento de ações relativas a obrigação de pagar quantia em dinheiro.....	487
8.4.1.	Pedido genérico e condenação líquida	487
8.4.2.	Fracionamento da decisão sobre o mérito.....	487
8.4.3.	Hipoteca judiciária	488
8.5.	Julgamento de ações relativas a prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.....	489
8.5.1.	Tutelas típica e atípica de deveres de fazer e de não fazer	489
8.5.2.	Dever de entregar coisa. Tutelas típica e atípica	489
8.5.3.	Tutela específica e resultado prático equivalente.....	490
8.5.4.	Variações das tutelas preventiva e repressiva: tutelas inibitória, ressarcitória, pelo equivalente, em forma específica (tutela reintegratória e de reparação em forma específica). Perdas e danos e multa.....	491
8.5.5.	Tutela contra o ilícito e desnecessidade de demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo	493
8.5.6.	Sentença proferida na ação que tem por objeto emissão de declaração de vontade.....	493
8.6.	Correção da sentença pelo próprio juiz, após sua prolação.....	494
8.7.	Interpretação da decisão judicial	495
8.8.	Remessa necessária.....	495
9.	Coisa julgada	497
9.1.	Fundamentos e conceito	497
9.2.	Funções positiva e negativa.....	497
9.3.	Coisa julgada e preclusão. Preclusão “ <i>pro judicato</i> ” e relação jurídica de trato continuado.....	498
9.4.	Limites objetivos da coisa julgada	500
9.5.	Limites subjetivos da coisa julgada	501
10.	“Fases” de liquidação e de cumprimento de sentença	502

CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA

1.	Aspectos gerais	503
2.	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.....	504
2.1.	Ação de consignação em pagamento	504
2.1.1.	Consignação extrajudicial e judicial em pagamento.....	504

2.1.2.	Demanda de consignação judicial.....	505
2.1.3.	Defesa do réu. Extensão e profundidade da cognição judicial.....	506
2.1.4.	Julgamento.....	507
2.2.	Ação de exigir contas.....	507
2.2.1.	Direito de exigir contas.....	507
2.2.2.	Apresentação da demanda.....	508
2.2.3.	Resposta do réu e desdobramentos.....	508
2.2.4.	Natureza da sentença.....	509
2.3.	Ações possessórias.....	509
2.3.1.	Tutela processual da posse.....	509
2.3.2.	Ameaça e tutela preventiva da posse. Interdito proibitório ...	510
2.3.3.	Lesão à posse. Turbação e esbulho, manutenção e reintegração.....	511
2.3.4.	Proteção integral e dinâmica à posse. Fungibilidade.....	511
2.3.5.	Demanda possessória. Natureza executiva.....	511
2.3.6.	Juízos possessório e petitorio.....	512
2.3.7.	Ação possessória contra grande número de pessoas, conhecidas ou não. Multidão de citandos. Intimação do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	513
2.3.8.	Tutelas de urgência e de evidência da posse.....	514
2.3.9.	Liminar. Prova da posse. Justificação. Mediação, em litígio coletivo pela posse de imóvel.....	514
2.4.	Ações de divisão e de demarcação de terras particulares.....	516
2.4.1.	Ações divisórias. Demarcação e divisão.....	516
2.4.2.	Princípio da especialidade e georreferenciamento.....	517
2.4.3.	Demarcação e divisão extrajudiciais, consensuais ou por procedimento administrativo.....	518
2.4.4.	Demarcação.....	519
2.4.5.	Divisão.....	521
2.5.	Ação de dissolução parcial de sociedade.....	522
2.5.1.	Precisões terminológicas. Natureza da ação.....	522
2.5.2.	Propositura da demanda. Requisitos. Cumulação de ações ...	523
2.5.3.	Citação e resposta.....	524
2.5.4.	Liquidação da quota e apuração de haveres sociais.....	525
2.6.	Inventário e partilha.....	527
2.6.1.	Finalidade e natureza do inventário.....	527
2.6.2.	Inventário extrajudicial.....	528

2.6.3.	Requerimento de inventário	529
2.6.4.	Administrador provisório e inventariante	529
2.6.5.	Primeiras declarações.....	531
2.6.6.	Citações e impugnações	532
2.6.7.	Colaões.....	533
2.6.8.	Avaliação e cálculo do imposto. Últimas declarações	533
2.6.9.	Pagamento das dívidas	534
2.6.10.	Partilha.....	535
2.6.11.	Desfazimento da partilha. Anulação e rescisão	536
2.6.12.	Sobrepilha.....	537
2.6.13.	Arrolamento sumário. Alvará judicial.....	537
2.7.	Embargos de terceiro.....	538
2.7.1.	Finalidade. “Terceiro”	538
2.7.2.	Prazo para a oposição dos embargos de terceiro	539
2.7.3.	Apresentação da demanda	540
2.7.4.	Liminar.....	540
2.7.5.	Citação e resposta.....	541
2.7.6.	Julgamento dos embargos de terceiro	542
2.8.	Oposição.....	542
2.8.1.	Natureza.....	542
2.8.2.	Aspectos procedimentais	543
2.9.	Habilitação.....	543
2.10.	Ações de família	545
2.10.1.	Disposições a serem observadas em ações de família	545
2.10.2.	Primazia da solução consensual da controvérsia.....	545
2.10.3.	Intervenção do Ministério Público	546
2.10.4.	Abuso ou alienação parental e depoimento de incapaz. Depoimento especial	547
2.11.	Ação monitória	548
2.11.1.	Técnica monitória	548
2.11.2.	Elementos da petição inicial	548
2.11.3.	Decisão que admite a pretensão monitória	549
2.11.4.	Cumprimento do mandado pelo réu	550
2.11.5.	Não cumprimento do mandado e não apresentação de defesa.....	550
2.11.6.	Apresentação de embargos à ação monitória pelo réu.....	551
2.12.	Homologação de penhor legal.....	552

2.13. Regulação de avaria grossa.....	553
2.14. Restauração de autos	554
3. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....	555
3.1. Perfis gerais.....	555
3.1.1. Natureza	555
3.1.2. Regras processuais comuns.....	556
3.2. Notificação e interpelação	558
3.3. Alienação judicial	558
3.4. Divórcio e separação consensuais, extinção consensual da união estável e alteração do regime de bens no matrimônio.....	559
3.4.1. Dissolução consensual da sociedade e do vínculo conjugal e extinção consensual de união estável	559
3.4.2. Alteração do regime de bens do casamento	560
3.5. Testamentos e codicilos.....	560
3.6. Herança jacente.....	561
3.7. Bens de ausentes.....	562
3.8. Coisas vagas.....	562
3.9. Interdição.....	563
3.10. Tutela e curatela.....	567
3.11. Organização e fiscalização das fundações.....	568
3.12. Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis a bordo	568

CAPÍTULO IV – TUTELA PROVISÓRIA. TUTELAS CAUTELAR E ANTECIPADA, DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA

1. Perfil da Tutela Provisória no CPC/2015.....	571
1.1. Situações que exigem atuação jurisdicional mais rápida, ainda que fundada em cognição sumária, à luz da Constituição.....	571
1.2. Tutelas “provisórias”. Tutelas de urgência e de evidência.....	572
1.3. Tutelas antecedente (<i>ante causam</i>) ou incidental	573
1.4. Tutelas satisfativa, interinal e autônoma.....	573
2. Decisão sobre a tutela provisória	574
2.1. Fundamentação	574
2.2. “Poder geral” de cautela ou de antecipação de tutela. Amplitude no CPC/2015	575
2.3. Formas típicas de tutelas de urgência e de evidência e conflitos sociais e econômicos não contemplados pelo legislador	575

2.4.	Particularmente o poder geral de cautela e sua evolução	576
2.4.1.	Concepção tradicional (e restrita) de “poder geral” de cautela.....	576
2.4.2.	Medidas cautelares típicas ou nominadas em face do “poder geral” de cautela.....	577
2.4.3.	“Medida idônea para assecuração do direito”. O rol exemplificativo de medidas apresentado pelo art. 301 do CPC/2015. Substituição por caução.....	579
2.4.4.	Fungibilidade entre medidas cautelares. <i>Da mihi factum, dabo tibi ius</i>	581
2.4.5.	“Poder geral” de cautela e concessão de medidas assecuratórias <i>ex officio</i>	581
2.5.	Requisito negativo para a tutela antecipada: irreversibilidade dos efeitos	582
2.5.1.	Irreversibilidade dos efeitos e vedação à concessão de liminar de urgência de natureza antecipatória. <i>Periculum in mora</i> “inverso”	582
2.5.2.	Comparação entre bens jurídicos. Irreversibilidade dos efeitos antecipados <i>versus</i> irreversibilidade dos efeitos decorrentes da não antecipação.....	582
2.5.3.	Irreversibilidade e tutelas satisfativas autônomas	584
2.6.	Antecipação dos efeitos da tutela em ações de conhecimento declaratórias e constitutivas.....	584
3.	Competência e tutela provisória.....	584
3.1.	Aspectos gerais.....	584
3.2.	Resiliência da regra prevista no art. 299 do CPC/2015 e tutela requerida em caráter antecedente	585
3.3.	Tutela requerida em caráter antecedente e prevenção	586
3.4.	Tutela requerida nos tribunais.....	586
3.5.	Juízo arbitral e tutelas de evidência e de urgência.....	587
4.	Efetivação da decisão que concede tutela provisória. Atipicidade dos meios de realização das tutelas de urgência e de evidência	588
5.	Tutela de urgência	589
5.1.	Tutelas antecipada e cautelar: aproximações, distinções e “fungibilidade”	589
5.2.	Provisoriedade da tutela de urgência ou de evidência. Distinção entre provisoriedade (da tutela satisfativa) e temporariedade (da tutela cautelar).....	591
5.3.	<i>Periculum</i>	592
5.3.1.	Perigo de dano e perigo de demora	592

5.3.2.	Probabilidade do direito. Urgência e sumariedade da cognição. <i>Fumus boni iuris</i>	593
5.3.3.	Sumariedade da cognição sobre o <i>periculum</i> . Sentido de “urgência”.....	593
5.3.4.	Qualidade da cognição sobre <i>fumus</i> e <i>periculum</i> , tutela antecipada e cautelar.....	593
5.3.5.	Importância do bem jurídico tutelado: entre <i>fumus</i> e <i>periculum</i>	594
5.3.6.	Interação entre <i>fumus boni iuris</i> e <i>periculum</i>	595
5.4.	Prestação de caução (contracautela).....	596
5.5.	Liminar inaudita altera parte e contraditório diferido. Indeferimento da liminar e concessão posterior, no curso do processo.....	596
5.6.	Audiência de justificação prévia.....	597
5.7.	Responsabilidade objetiva do demandante.....	597
6.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	598
6.1.	Tutela antecipada contemporânea à propositura da ação.....	598
6.1.1.	Tutela <i>ante causam</i> ?.....	598
6.1.2.	Concessão da liminar e aditamento da petição inicial. “Confirmação” do pedido. Correção do valor da causa e custas.....	598
6.1.3.	Concessão da liminar e não aditamento da petição inicial. Extinção do processo com perda da eficácia da liminar <i>versus</i> extinção do processo com estabilização da liminar concedida.....	599
6.1.4.	Indeferimento da liminar e “emenda” da petição inicial. Possibilidade de aditamento.....	599
6.1.5.	Pedido de natureza cautelar realizado sob a denominação de tutela antecipada. “Fungibilidade” e adequação procedimental.....	600
6.2.	“Estabilização” da tutela concedida em caráter antecedente.....	600
6.2.1.	Das “cautelares satisfativas” às tutelas satisfativas autônomas.....	600
6.2.2.	Satisfatividade, tutelas de urgência e de evidência. Abrangência do regime previsto no art. 304 do CPC/2015 ...	601
6.2.3.	Ausência de instrumentalidade (ou instrumentalidade atenuada) da tutela satisfativa autônoma.....	602
6.2.4.	Ultratividade da tutela satisfativa autônoma e desnecessidade de apresentação de pedido principal.....	602
6.2.5.	Provisoriedade e estabilidade dos efeitos da decisão. Inexistência de coisa julgada.....	603

6.2.6.	Inexistência de ônus de apresentação de pedido principal ou de ajuizamento de ação voltada à obtenção de pronunciamento judicial fundado em cognição exauriente. Iniciativa que pode ser tomada por qualquer das partes.....	604
7.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	605
7.1.	Pedido de tutela cautelar em caráter antecedente. Petição inicial com pedido de tutela cautelar e posterior aditamento, com acréscimo do pedido principal	605
7.2.	“Fungibilidade” entre tutela cautelar e tutela antecipada. Adequação procedimental do requerimento de tutela de urgência.....	606
7.3.	Citação, resposta do réu e revelia	607
7.4.	Cautelar <i>ante causam</i> e apresentação do pedido principal. Cumulação sucessiva de pedidos. Aditamento do pedido e causa de pedir cautelar.....	607
7.5.	Termo inicial do prazo para apresentação do pedido principal.....	608
7.6.	Intimação do pedido principal e prazo para apresentação de resposta. Variações, em se tratando de procedimentos distintos do comum	608
7.7.	Cessação da eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente.....	609
7.8.	Sentença cautelar e coisa julgada.....	610
8.	Tutela da evidência.....	611
8.1.	Amplitude da tutela de evidência no CPC/2015.....	611
8.2.	Presença de urgência e tutela da evidência.....	612
8.3.	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte.....	612
8.4.	Tese jurídica pacificada na jurisprudência sobre fatos comprovados documentalmente.....	612
8.5.	Pedido reipersecut�rio fundado em prova documental do contrato de depósito.....	613
8.6.	Não oposição de prova, pelo réu, capaz de gerar d�vida razoável a respeito de fatos constitutivos comprovados documentalmente pelo autor	613
8.7.	Evidência, tutela antecedente e estabilização. Tutela satisfativa autônoma.....	614

CAPÍTULO V – LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇ 

	Considerações gerais	615
1.	Liquidação de sentenç�.....	616
1.1.	Excepcionalidade da apuração da extensão da obrigação em demanda autônoma.....	616

1.2.	Autonomia da liquidação.....	616
1.3.	Liquidação: objeto e natureza	617
1.4.	Limites da cognição na liquidação	618
1.5.	Resultado da liquidação igual a zero.....	618
1.6.	Liquidação por arbitramento ou por procedimento comum.....	619
1.6.1.	Variação e cumulação das formas de liquidação	619
1.6.2.	Liquidação por arbitramento.....	619
1.6.3.	Liquidação pelo procedimento comum	620
1.7.	Liquidação de decisão provisória.....	621
1.8.	Liquidação de sentença coletiva.....	621
1.8.1.	Definição de outros elementos da obrigação, em relação ao titular do direito individual.....	621
1.8.2.	Reparação fluida e o fundo de defesa dos direitos coletivos ...	622
2.	Cumprimento e execução de sentença.....	623
2.1.	Aspectos comuns	623
2.1.1.	Cumprimento ou execução de decisão judicial?.....	623
2.1.2.	Cumprimento “definitivo” ou “provisório”. Cumprimento de decisão definitiva e cumprimento de decisão provisória.....	624
2.1.3.	Distinção entre cumprimento de decisão condenatória e de decisão executiva.....	624
2.1.4.	Intimação para cumprimento da sentença na pessoa do advogado do devedor, como regra	625
2.1.5.	Âmbito de aplicação das regras relativas ao cumprimento de sentença.....	626
2.1.6.	Títulos executivos judiciais.....	627
2.1.6.1.	Heterogeneidade do rol de títulos executivos judiciais	627
2.1.6.2.	Decisão condenatória.....	628
2.1.6.3.	Decisão declaratória como título executivo.....	628
2.1.6.4.	Condenação e obrigação sujeita a condição ou termo. Condenação para o futuro	629
2.1.6.5.	Crédito de auxiliar da justiça aprovado por decisão judicial.....	630
2.1.6.6.	Decisão homologatória de autocomposição.....	630
2.1.6.7.	Sentença penal condenatória.....	632
2.1.6.8.	Decisão arbitral	632
2.1.6.9.	Decisão estrangeira.....	633
2.1.7.	Competência	633

2.2.	Cumprimento de sentença definitiva que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia em dinheiro	634
2.2.1.	Demanda executiva	634
2.2.1.1.	Iniciativa do exequente	634
2.2.1.2.	Legitimidade para se demandar a execução de sentença	634
2.2.1.3.	Elementos formais e substanciais da petição de requerimento de cumprimento	635
2.2.2.	Juízo de admissibilidade. Verificação dos cálculos. Interrupção da prescrição	638
2.2.3.	Intimação do executado. Prazo para pagamento	638
2.2.4.	Pagamento parcial	639
2.2.5.	Medidas coercitivas admissíveis, no cumprimento de sentença	640
2.2.5.1.	Multa	640
2.2.5.2.	Protesto de decisão judicial transitada em julgado	640
2.2.5.3.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes	641
2.2.5.4.	Outras medidas executivas. Incidência da regra prevista no art. 139, IV do CPC/2015	641
2.2.6.	Honorários no cumprimento de decisão que condena ao pagamento de quantia	641
2.2.7.	Formas de oposição do executado no cumprimento de sentença	642
2.2.7.1.	Impugnação ao cumprimento de sentença e arguição de matéria de defesa por simples petição (exceção de pré-executividade)	642
2.2.7.2.	Arguição de questões relativas à validade do cumprimento de sentença e dos atos executivos pelo executado nos próprios autos. Exceção de pré-executividade	642
2.2.7.3.	Matérias a serem arguidas na impugnação ao cumprimento de sentença. Defesa e ação através da impugnação ao cumprimento de sentença	643
2.2.7.4.	Impugnação à execução individual de sentença coletiva. Matérias a serem arguidas	645
2.2.7.5.	Excesso de execução. Impugnação e pagamento voluntário parciais	645

2.2.7.6.	“Inexigibilidade” de obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em norma considerada inconstitucional pelo STF	645
2.2.7.7.	Prazo para a oposição da impugnação.....	648
2.2.7.8.	Efeito suspensivo <i>ope judicis</i> da impugnação ao cumprimento de sentença.....	648
2.2.7.9.	Processamento e julgamento da impugnação ao cumprimento de sentença.....	649
2.2.7.10.	Coisa julgada da decisão que julga a impugnação	650
2.2.7.11.	Impugnação ao cumprimento de sentença e honorários advocatícios	650
2.2.8.	Pagamento realizado pelo réu antes de intimado para o cumprimento da sentença. “Execução invertida”	650
2.3.	Cumprimento de sentença provisória que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia em dinheiro	651
2.3.1.	Cumprimento provisório de sentença (ou execução de sentença provisória).....	651
2.3.2.	Requerimento de execução da sentença provisória	651
2.3.3.	Prestação de caução	652
2.3.4.	Cabimento da multa prevista no art. 523 do CPC/2015 e de honorários advocatícios	653
2.3.5.	Responsabilidade do exequente	653
2.3.6.	Modificação (reforma ou anulação) total ou parcial da decisão exequenda. Restituição das partes ao estado anterior.....	653
2.4.	Cumprimento da sentença que reconhece o dever de prestar alimentos	654
2.4.1.	Abrangência e medidas executivas cabíveis	654
2.4.2.	Juízo competente.....	655
2.4.3.	Intimação pessoal do executado.....	655
2.4.4.	Atitudes possíveis do executado	656
2.4.5.	Prisão civil como medida coercitiva	657
2.4.6.	Desconto em folha de pagamento e outros rendimentos do executado	658
2.4.7.	Cumprimento da decisão que condena a pagar alimentos por expropriação.....	659
2.4.8.	Constituição de capital	659
2.4.8.1.	Natureza e finalidade da constituição de capital...	659
2.4.8.2.	Aspectos procedimentais.....	659

2.5.	Cumprimento de sentença que reconhece obrigação de pagar quantia pela Fazenda Pública	660
2.6.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa	662
2.6.1.	Atuação executiva dos deveres de fazer e de não fazer. Opções do demandante.....	662
2.6.2.	Deveres abrangidos pela regra.....	663
2.6.3.	Medidas executivas admissíveis	664
2.6.4.	A prisão civil como medida coercitiva.....	665
2.6.5.	Ordem judicial e crime de desobediência	665
2.6.6.	Execução direta (ou por sub-rogação) e resultado prático equivalente.....	666
2.6.7.	Intervenção judicial em empresa.....	667
2.6.8.	Multa	668
2.6.9.	Intimação	670
2.6.10.	Dever de entregar coisa	670

CAPÍTULO VI – PROCESSO DE EXECUÇÃO

1.	Perfis gerais	673
1.1.	Conceito de execução	673
1.2.	Jurisdição e execução.....	673
1.3.	Ações de conhecimento e ações de execução	675
1.4.	Princípios da execução	677
1.4.1.	Princípios de organização técnica	677
1.4.2.	Princípios da autonomia e do sincretismo entre cognição e execução.....	677
1.4.3.	Princípios da <i>nulla executio sine titulo</i> e da execução sem título permitida	679
1.4.4.	Princípios da tipicidade e da atipicidade das medidas executivas.....	682
1.5.	Espécies de ações executivas.....	686
1.5.1.	Execução fundada em título extrajudicial e outras modalidades de ação executiva.....	686
1.5.2.	Opções do demandante.....	688
1.6.	Espécies de meios executivos. Execução direta (por sub-rogação) e indireta (por coerção).....	689
1.7.	Correlação entre a medida executiva (direta ou indireta) e o direito tutelado	691

1.8.	Direção formal e material do processo de execução	694
1.8.1.	Aspectos gerais sobre os poderes do juiz na direção do processo executivo	694
1.8.2.	Cognição judicial na execução	694
1.8.3.	Proporcionalidade. Menor onerosidade da medida executiva e máxima efetividade da execução	695
1.8.4.	Órgão judicial e auxiliares da justiça	696
1.9.	Dever de cooperação	697
1.10.	Responsabilidade executiva.....	698
1.10.1.	Fundamentos.....	698
1.10.2.	Responsabilidade pessoal.....	698
1.10.3.	Responsabilidade patrimonial.....	699
1.10.3.1.	Conceito.....	699
1.10.3.2.	Responsabilidade patrimonial no plano objetivo	699
1.10.3.3.	Responsabilidade patrimonial no plano subjetivo.....	700
1.10.3.3.1.	Responsabilidade primária e secundária	700
1.10.3.3.2.	Responsabilidade do fiador.....	701
1.10.3.3.3.	Responsabilidade do sócio	701
1.10.3.3.4.	Responsabilidade do espólio e dos herdeiros	702
1.10.4.	Fraude à execução	702
1.10.4.1.	Alienação ou oneração do bem no curso da ação. Ineficácia em relação ao exequente	702
1.10.4.2.	Bens sujeitos a registro público	703
1.10.4.3.	Ausência de averbação	704
1.10.4.4.	Bens não sujeitos a registro público	706
1.11.	Execução singular e universal.....	706
1.11.1.	Execução universal (ou geral).....	706
1.11.2.	Insolvência civil e falência.....	707
1.11.3.	Recuperação judicial de empresa	707
1.12.	Fases do processo de execução. Características comuns	708
2.	Propositura da demanda fundada em título extrajudicial.....	709
2.1.	Aspectos gerais.....	709
2.2.	Petição inicial	710
2.2.1.	Petição inicial na execução.....	710

2.2.2.	Definição do juízo competente.....	710
2.2.3.	Partes	711
2.2.3.1.	Aspectos gerais.....	711
2.2.3.2.	Legitimidade para promover a execução	711
2.2.3.2.1.	Regra geral	711
2.2.3.2.2.	Legitimidade derivada (ou superveniente).....	712
2.2.3.2.3.	Legitimidade do Ministério Público.....	712
2.2.3.3.	Legitimidade passiva para a execução	713
2.2.3.3.1.	Devedores e responsáveis como executados. Responsável como parte.....	713
2.2.3.3.2.	Redirecionamento da execução fiscal contra os sócios da pessoa jurídica executada	714
2.2.4.	Título executivo.....	715
2.2.4.1.	Execução fundada em título executivo extrajudicial e <i>nulla executio sine titulo</i> . Limites da cognição judicial	715
2.2.4.2.	Instrução da petição inicial com o título executivo	717
2.2.4.3.	Configuração do título executivo. Taxatividade. Tipicidade. Limite à incidência do art. 190 do CPC/2015	717
2.2.4.4.	Vícios que impedem a formação total ou parcial do título. Correção ou emenda do ato	719
2.2.4.5.	Forma eletrônica dos títulos de crédito e configuração do título executivo.....	720
2.2.4.6.	Conformação do ato à lei, para que seja considerado título executivo	720
2.2.4.7.	Elementos do direito veiculado no título executivo. Obrigação certa, líquida e exigível.....	722
2.2.4.8.	Demonstrativo de débito atualizado.....	725
2.2.4.9.	Demonstração de ocorrência de condição ou termo.....	725
2.2.4.10.	Pedido de tutela executiva.....	726
2.2.4.11.	Indicação de bens à penhora pelo exequente.....	727
2.2.4.12.	Requerimento de intimações.....	727
2.2.4.13.	Medidas urgentes.....	728

2.2.4.14.	Requerimento de outras medidas executivas a serem realizadas antes da citação	728
2.2.4.15.	Averbação da execução no registro público	729
3.	Atividade jurisdicional preliminar do órgão jurisdicional na execução. Da admissibilidade à possível rejeição da demanda executiva.....	729
3.1.	Noções gerais.....	729
3.2.	Juízo de admissibilidade ordinatório.....	730
3.3.	Juízo de admissibilidade negativo.....	730
3.4.	Rejeição liminar da demanda executiva.....	731
3.5.	Juízo de admissibilidade positivo e citação do executado	732
4.	Embargos à execução e outras formas de defesa do executado	733
4.1.	Meios de oposição à execução	733
4.2.	Defesa por simples petição nos próprios autos de execução (exceção de pré-executividade).....	734
4.3.	Ação de conhecimento autônoma.....	734
4.4.	Embargos à execução.....	735
4.4.1.	Varição sobre conteúdo e natureza.....	735
4.4.2.	Desnecessidade de penhora, depósito ou caução para a apresentação de embargos à execução	736
4.4.3.	Prazo para oposição.....	737
4.4.4.	Autuação em apartado.....	738
4.4.5.	Embargos à execução por carta	738
4.4.6.	Matérias argúveis nos embargos à execução	739
4.4.7.	Juízo de admissibilidade dos embargos	740
4.4.8.	Recebimento dos embargos à execução com efeito suspensivo.....	741
4.4.9.	Contraditório, instrução e julgamento	743
5.	Atos executivos.....	743
5.1.	Observações preliminares	743
5.2.	Execução por quantia certa.....	744
5.2.1.	Perfis gerais.....	744
5.2.1.1.	Obrigação de dar quantia em dinheiro.....	744
5.2.1.2.	Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta)	745
5.2.1.3.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes como medida coercitiva	745

5.2.1.4.	Incidência de medidas executivas previstas para a execução de título judicial na execução de título extrajudicial, após a declaração judicial de exigibilidade da obrigação	746
5.2.1.5.	Expropriação simples e por conversão de bens em dinheiro	747
5.2.1.6.	Modalidades de atos de expropriação. Ordem preferencial.....	747
5.2.2.	Início dos atos executivos.....	749
5.2.2.1.	Aspectos gerais.....	749
5.2.2.1.1.	Localização dos atos executivos, ordinariamente, na fase instrutória.....	749
5.2.2.1.2.	Atos executivos realizados na fase inicial do processo.....	751
5.2.2.2.	Averbação da execução, antes da citação.....	752
5.2.2.3.	Admissão da execução, determinação de citação e fixação de honorários advocatícios	754
5.2.2.4.	Citação, não pagamento e realização de atos executivos. Variação do procedimento, em atenção à modalidade de citação observada	754
5.2.2.5.	Citação e pagamento imediato ou em parcelas. Pagamento no curso do processo, com a remição da execução.....	756
5.2.2.6.	Não localização do executado para citação e arresto executivo. Conversão do arresto em penhora.....	758
5.2.3.	Penhora. Perfis gerais	759
5.2.3.1.	Natureza jurídica	759
5.2.3.2.	Penhora e direito de preferência.....	760
5.2.3.3.	Bens que não se sujeitam à execução. Impenhorabilidades	761
5.2.3.3.1.	Bens inalienáveis e impenhoráveis. Impenhorabilidade absoluta e relativa. Penhorabilidade secundária ou excepcional	761
5.2.3.3.2.	Hipóteses de impenhorabilidade....	763
5.2.3.4.	Utilidade da penhora.....	770
5.2.3.5.	Ordem entre os bens que podem ser penhorados...	770
5.2.3.6.	Lugar de realização da penhora.....	772

5.2.3.7.	Apreensão e depósito.....	773
5.2.3.8.	Documentação e registro da penhora.....	774
5.2.3.9.	Averbação de arresto ou penhora no registro competente	775
5.2.3.10.	Intimações da penhora.....	775
5.2.3.11.	Modificações da penhora.....	776
5.2.4.	Disciplinas específicas da penhora quanto a determinados bens.....	779
5.2.4.1.	Considerações gerais	779
5.2.4.2.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira por meio eletrônico. Penhora <i>online</i>	780
5.2.4.3.	Penhora de créditos	781
5.2.4.4.	Penhora de quota de sociedade empresária em execução movida contra sócio.....	783
5.2.4.5.	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	783
5.2.4.6.	Penhora de percentual de faturamento de empresa	785
5.2.4.7.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	786
5.2.4.8.	Penhora de quota-parte de bem indivisível. Consequências quanto à avaliação e à expropriação.....	787
5.2.4.9.	Penhora e direito de superfície. Direito de laje	787
5.2.4.10.	Penhora de ativos virtuais. Criptoativos.....	788
5.2.5.	Avaliação.....	789
5.2.5.1.	Avaliação do bem e atos de expropriação.....	789
5.2.5.2.	Avaliação comum e especial. Avaliação realizada por oficial de justiça ou perícia realizada por avaliador	789
5.2.5.3.	Dispensa de avaliação pericial.....	790
5.2.5.4.	Laudo de avaliação.....	790
5.2.5.5.	Nova avaliação	791
5.2.5.6.	Modificação da penhora, em razão de alteração no valor do bem.....	791
5.2.6.	Atos de expropriação	792
5.2.6.1.	Adjudicação, alienação e apropriação	792
5.2.6.2.	Adjudicação.....	792
5.2.6.2.1.	Natureza	792

	5.2.6.2.2.	Adjudicação e remição de bens.....	793
	5.2.6.2.3.	Aspectos procedimentais	793
	5.2.6.3.	Alienação forçada	795
	5.2.6.3.1.	Natureza	795
	5.2.6.3.2.	Alienação por iniciativa particular ...	796
	5.2.6.3.3.	Alienação por leilão judicial eletrônico ou presencial de móveis ou imóveis	797
	5.2.6.3.4.	Leiloeiro	798
	5.2.6.3.5.	Atos preparatórios do leilão	798
	5.2.6.3.6.	Licitação pública do bem.....	800
	5.2.6.3.7.	Conclusão da arrematação, assinatura do auto e expedição de ordem de entrega de bem móvel ou de carta de arrematação de bem imóvel	803
	5.2.6.3.8.	Remição.....	804
	5.2.6.3.9.	Invalidação, ineficácia, resolução da arrematação. Desistência do arrematante.....	805
	5.2.6.3.10.	Aspectos procedimentais do leilão judicial eletrônico.....	807
	5.2.7.	Satisfação do crédito	809
	5.2.7.1.	Tutela específica. <i>Aliud pro alio</i>	809
	5.2.7.2.	Satisfação direta e indireta do crédito.....	810
	5.2.7.3.	Entrega do dinheiro ao exequente e quitação	810
	5.2.7.4.	Concurso singular de credores.....	811
5.3.		Execução para a entrega de coisa.....	813
	5.3.1.	Medidas executivas admissíveis. Opção entre execução fundada em título extrajudicial e a via prevista nos arts. 498 e 538 do CPC/2015.....	813
	5.3.2.	Coisa incerta e concentração	813
	5.3.3.	Alienação da coisa no curso da ação	814
	5.3.4.	Liquidação incidental, no curso da execução fundada em título extrajudicial.....	815
	5.3.5.	Satisfação da obrigação e extinção da execução	815
5.4.		Execução das obrigações de fazer ou de não fazer.....	815
	5.4.1.	Medidas executivas admissíveis. Opção entre execução fundada em título extrajudicial e a via prevista nos arts. 497, 536 e 537 do CPC/2015	815

5.4.2.	Obrigação de fazer	816
5.4.3.	Obrigação de não fazer	818
5.5.	Execução contra a Fazenda Pública	819
5.6.	Execução de alimentos	819
6.	Suspensão e extinção da execução	820
6.1.	Suspensão da execução	820
6.2.	Extinção da execução	822
6.2.1.	Visão geral	822
6.2.2.	Natureza da decisão que extingue a execução	822
6.2.3.	Extinção do processo de execução em razão da ausência de requisitos de admissibilidade. Correção do vício e ajuizamento de nova ação	823
6.2.4.	Desistência da execução e propositura de nova ação	823
6.2.5.	A causalidade (e não a sucumbência) como fundamento da responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios no processo de execução	824
6.2.6.	Execução frustrada e desistência do processo pelo exequente. Honorários advocatícios	826
6.2.7.	Prescrição intercorrente. Honorários advocatícios	828
6.2.8.	Declaração de que a obrigação foi satisfeita. Efeito liberatório em favor do executado	830
6.2.9.	Coisa julgada	830
6.2.10.	Execução indevida e ressarcimento ao executado	831

CAPÍTULO VII – RECURSOS E OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO ÀS DECISÕES JUDICIAIS. PROCESSOS NOS TRIBUNAIS

1.	Meios de impugnação às decisões judiciais. Processos nos tribunais. Abrangência da disciplina	833
2.	Precedentes e jurisprudência no direito brasileiro. “Precedentes qualificados”. Precedente em sentido substancial e em sentido formal	833
3.	Recursos	838
3.1.	Perfis gerais	838
3.1.1.	Natureza	838
3.1.2.	Princípios fundamentais	839
3.1.2.1.	Princípios de organização técnica	839
3.1.2.2.	Duplo grau de jurisdição	840
3.1.2.3.	Colegialidade	841
3.1.2.4.	Taxatividade	841

3.1.2.5.	Unicidade (singularidade ou unirrecorribilidade)...	842
3.1.2.6.	Fungibilidade. Instrumentalidade recursal	843
3.1.2.7.	Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	844
3.1.3.	Juízos de admissibilidade e de mérito	845
3.1.3.1.	Perfis gerais.....	845
3.1.3.2.	Competência para a realização dos juízos de admissibilidade e de mérito do recurso. Órgãos <i>a quo</i> e <i>ad quem</i>	847
3.1.3.3.	Vícios recursais sanáveis e insanáveis	848
3.1.3.4.	Requisitos dos recursos.....	848
3.1.3.5.	Juízo de mérito dos recursos. Vícios de atividade e de juízo. Reforma, anulação e integração da decisão recorrida	860
3.1.3.6.	Juízo de retratação	862
3.1.3.7.	Juízo de admissibilidade e de mérito do recurso interposto adesivamente	862
3.1.4.	Efeitos.....	864
3.1.4.1.	Efeitos devolutivo e translativo. <i>Reformatio in pejus</i> . Sucumbência recursal e honorários advocatícios.....	864
3.1.4.2.	Efeito substitutivo	868
3.1.4.3.	Efeito expansivo (ou extensivo) subjetivo ou objetivo (interno ou externo)	869
3.1.4.4.	Efeito suspensivo e antecipação dos efeitos da tutela recursal. Tutela provisória (de urgência e de evidência) em sede recursal	870
3.2.	Apelação	875
3.2.1.	Cabimento	875
3.2.1.1.	Apelação e agravo de instrumento: aproximações e distinções	875
3.2.1.2.	Cabimento de apelação contra sentença	876
3.2.1.3.	Cabimento de apelação contra decisão interlocutória	877
3.2.2.	Forma	880
3.2.3.	Procedimento em 1º grau de jurisdição.....	881
3.2.4.	Procedimento em 2º grau de jurisdição.....	882
3.2.4.1.	Atividades do relator	882

3.2.4.2.	Efeito suspensivo ou antecipação dos efeitos da tutela. Tutela provisória.....	883
3.2.4.3.	Julgamento da apelação. Amplitude do efeito devolutivo	885
3.3.	Agravo de instrumento	888
3.3.1.	Recursos contra decisões interlocutórias.....	888
3.3.2.	Cabimento restrito do agravo de instrumento. Taxatividade legal. A tese da “taxatividade mitigada”. Abrangência das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento. Casos de incompatibilidade procedimental com o regime de impugnabilidade da decisão interlocutória apenas em apelação	889
3.3.3.	Mandado de segurança e outros sucedâneos recursais	893
3.3.4.	Forma	897
3.3.5.	Processamento, efeitos e julgamento do agravo de instrumento	899
3.4.	Agravo interno	901
3.4.1.	Natureza e cabimento	901
3.4.2.	Aspectos procedimentais	901
3.4.3.	Agravo interno manifestamente inadmissível ou “improcedente”. Fixação de multa.....	902
3.5.	Embargos de declaração.....	902
3.5.1.	Natureza, objeto e conteúdo	902
3.5.2.	Fundamentos.....	903
3.5.3.	Interrupção do prazo para interposição de outros recursos... ..	905
3.5.4.	Efeitos infringentes e contraditório	906
3.5.5.	Efeito suspensivo.....	906
3.5.6.	Processamento e julgamento	907
3.5.7.	Embargos de declaração protelatórios.....	907
3.5.8.	Embargos de declaração e prequestionamento.....	908
3.6.	Recurso ordinário.....	910
3.6.1.	Aspectos gerais	910
3.6.2.	Cabimento	910
3.6.3.	Efeitos.....	911
3.6.4.	Processamento	911
3.7.	Recursos extraordinário e especial	912
3.7.1.	Objeto e conteúdo	912

3.7.2.	Papel do STF e do STJ, desempenhado através do julgamento dos recursos extraordinário e especial, à luz do Código de Processo Civil de 2015	912
3.7.3.	Fundamentos do recurso	913
3.7.3.1.	Aspectos gerais.....	913
3.7.3.2.	Decisão final sobre questão de direito constitucional ou federal. Configuração do prequestionamento, à luz do Código de Processo Civil de 2015.....	914
3.7.3.3.	Divergência jurisprudencial e recurso especial...	916
3.7.3.4.	Pedido de reforma, invalidação ou integração da decisão recorrida.....	917
3.7.4.	Processamento dos recursos, no tribunal local.....	917
3.7.5.	Processamento dos recursos, nos tribunais superiores.....	920
3.7.5.1.	Interposição simultânea de recursos extraordinário e especial	920
3.7.5.2.	Recebimento de recurso extraordinário como recurso especial, e vice-versa	921
3.7.5.3.	Competência para decidir sobre a concessão de efeito suspensivo	923
3.7.6.	Juízos de admissibilidade e de mérito	924
3.7.6.1.	Distinção.....	924
3.7.6.2.	Desconsideração de vício formal do recurso e possibilidade de correção.....	925
3.7.6.3.	Fundamentação da decisão que não admite recurso especial, por ausência de dissídio jurisprudencial.....	925
3.7.6.4.	Juízo de mérito bifásico	926
3.7.7.	Efeitos devolutivo e translativo.....	927
3.7.8.	Repercussão geral da questão federal constitucional para o recurso extraordinário e relevância da questão federal infraconstitucional para o recurso especial.....	930
3.7.9.	Recursos extraordinário e especial repetitivos	933
3.8.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	940
3.9.	Embargos de divergência	942
3.9.1.	Natureza, objeto e conteúdo	942
3.9.2.	Demonstração da divergência	943
3.9.3.	Processamento dos embargos de divergência.....	943

4. Ações autônomas de impugnação	944
4.1. Ações autônomas de impugnação previstas no direito brasileiro. Aproximações e distinções entre tais ações e recursos.....	944
4.2. Ação rescisória, ação anulatória e ação declaratória	945
4.2.1. Natureza da ação rescisória.....	945
4.2.2. Objeto e conteúdo da ação rescisória.....	946
4.2.3. Fundamentos da ação rescisória.....	947
4.2.4. Ação declaratória. Réu não citado.....	954
4.2.5. Ação anulatória	954
4.2.6. Prazo para ajuizamento da ação rescisória.....	955
4.2.7. Demanda rescisória	956
4.2.7.1. Libelo: fundamentos e pedido	956
4.2.7.2. Legitimidade	957
4.2.7.3. Tribunal competente para o julgamento da ação rescisória.....	959
4.2.7.4. Valor da causa.....	959
4.2.7.5. Depósito de valor que poderá ser convertido em multa	959
4.2.8. Juízo de admissibilidade e improcedência liminar do pedido rescindente.....	960
4.2.9. Suspensão dos efeitos da decisão rescindenda.....	960
4.2.10. Processamento da ação rescisória. Resposta do réu, na ação rescisória. Efeito da revelia. Produção de provas. Razões finais	961
4.2.11. Julgamento da ação rescisória.....	961
4.2.11.1. Admissibilidade e mérito da ação rescisória.....	961
4.2.11.2. Juízos rescindente e rescisório. Efeitos	962
4.2.11.3. Rejeição da ação rescisória. Reversão do valor depositado em favor do réu, a título de multa.....	962
4.3. Mandado de segurança contra ato judicial.....	963
4.4. Reclamação.....	963
4.4.1. Natureza, objeto e conteúdo	963
4.4.2. Cabimento da reclamação quando não observada tese firmada em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, julgamentos de casos repetitivos e incidente de assunção de competência	964
4.4.3. Propositura e processamento.....	965
4.4.4. Julgamento.....	965

5. Outros processos nos tribunais	966
5.1. Aspectos gerais.....	966
5.2. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	966
5.2.1. Arguição de inconstitucionalidade em controle difuso.....	966
5.2.2. Fundamentação da arguição incidental de inconstitucionalidade.....	967
5.2.3. Reserva de plenário e incompetência de órgão fracionário do tribunal	967
5.2.4. Admissão ou dispensa do incidente.....	967
5.2.5. Julgamento do incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	967
5.3. Conflito de competência.....	968
5.3.1. Provocação e processamento	968
5.3.2. Decisão sobre o conflito de competência	969
5.3.3. Conflito de atribuições	969
5.4. Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> a carta rogatória	970
5.4.1. Aspectos gerais.....	970
5.4.2. Necessidade de homologação de decisão estrangeira	971
5.5. Incidente de assunção de competência.....	972
5.6. Incidente de resolução de demandas repetitivas	973
5.6.1. Natureza e pressupostos	973
5.6.2. Aspectos procedimentais	976
5.6.3. Definição, aplicação e revisão da tese firmada.....	980
6. Aspectos procedimentais comuns dos processos nos tribunais.....	981
6.1. Visão geral	981
6.2. Registro e distribuição.....	982
6.3. Direção formal e material do processo pelo relator.....	982
6.4. Julgamento pelo órgão colegiado	985
6.4.1. Elaboração do voto pelo relator	985
6.4.2. Julgamento por meio eletrônico. Sessão “virtual” (ou “eletrônica”)	985
6.4.3. Designação de dia de julgamento pelo presidente e publicação da pauta	986
6.4.4. Ordem de preferência dos julgamentos, nas sessões presenciais	986
6.4.5. Julgamento em sessão presencial e sustentação oral	986

6.4.6.	Questões prévias (preliminares e prejudiciais). Fato superveniente. Julgamento concomitante de agravo de instrumento e de apelação.....	987
6.4.7.	Pedido de vista.....	989
6.4.8.	Prolação dos votos. Votos concordantes e divergentes. Decisão unânime ou por maioria. Divergências qualitativas ou quantitativas entre os votos.....	989
6.4.9.	Julgamento não unânime e ampliação do <i>quorum</i>	992
6.4.10.	Lavratura do acórdão e publicação da ementa.....	995
6.4.11.	Trânsito em julgado e baixa dos autos.....	995
BIBLIOGRAFIA		997